

# Pessoa inviolável e sagrada

RAUL PILLA

**E**M verdade, o que a República tem feito é levar ao auge o poder pessoal tão criticado pelos republicanos quando moderadamente exercido pelo Imperador. Levou-o ao auge e multiplicou-o, pois o desfrutam agora os governadores e os prefeitos, além do presidente da República.

Mas não é tudo. Como era próprio do regime, a Monarquia cercava de privilégios e imunidades o chefe do Estado. «O rei não erra» — diziam os ingleses. E, realmente o rei não erra, porque por ele erram os ministros responsáveis. Assim, preceituava o artigo 99 da Carta Imperial: «A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma».

Tais privilégios e imunidades, usados aliás com muita parcimônia, eram principalmente o que irritava os propagandistas da República, que contra o poder pessoal do Imperador descarregavam tôdas as baterias. Mas que nos deram eles? Um Chefe de Estado prática e totalmente irresponsável, embora não o declarassem tal; um Chefe de Estado que exerce em tôda a plenitude o poder pessoal, sem o corretivo da responsabilidade política dos ministros. A Carta Imperial dizia expressamente que o Imperador não estava sujeito a responsabilidade alguma; a Constituição republicana faz muito mais, porque subtrai, de fato, o presidente da República a tôda responsabilidade.

Não é, portanto, de estranhar a inferência que dos fatos estão a tirar alguns apologistas do atual regime: como de direito o Imperador, de fato o presidente da República «não está sujeito a responsabilidade alguma»; nada demais que, como a daquele, se considere «inviolável e sagrada» a pessoa dêste; e tendo, ou tendendo a ter semelhantes atributos, pode e deve ele furtar-se a depor perante uma comissão parlamentar de Inquérito, porque isto lhe amesquinhará a majestade.

Que dirão, do outro lado da vida, os estadistas do Império, que assistiram à propaganda republicana?